DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4276/2023

PROCESSO TC/MS	: TC/1819/2021
PROTOCOLO	: 2091933
ÓRGÃO	: CÂMARA MUNICIPAL DE IGUATEMI
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JESUS MILANE DE SANTANA
TIPO DE PROCESSO	: CONCURSOS
RELATOR	: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

Trata-se de análise do procedimento de Concurso Público de Provas e Títulos para provimentos de cargos da estrutura funcional da Câmara Municipal de Iguatemi, conforme Edital 1/2015 (peça 1).

A equipe técnica, mediante análise ANA - DFAPP - 3042/2023 (fls. 108-110), concluiu que a documentação se encontra regular e legal, bem como foram obedecidos os procedimentos previstos no edital.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR - 2ª PRC - 4341/2023 (fl. 111), manifestou-se nos seguintes termos:

> Mediante o exposto, este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico, se pronuncia pela legalidade do procedimento do referido concurso público, bem como pela aplicação de multa ao responsável, diante da remessa intempestiva dos documentos.

É o relatório.

Analisando os autos, verifico que a Câmara Municipal de Iguatemi, ao propor concurso público, atendeu às normas legais e todas as etapas e atos administrativos para a realização do certame, obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Quanto à remessa de documentos obrigatórios perante este Tribunal, constata-se que foi realizada de forma intempestiva (fl. 108), contrariando assim o prazo estabelecido no Item 1.2, Anexo V, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

Diante do exposto, acolho a análise técnica e o Parecer Ministerial e com fundamento no art. 80, §1º do RI/TC/MS, decido:

I – Pelo **LEGALIDADE** do Concurso Público de Provas e Títulos, realizado pela Câmara Municipal de Iguatemi – Edital nº 01/2015, com fundamento no art. 21, III da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c art. 147, I do Regimento Interno;

II – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao Sr. Jesus Milane de Santana, CPF n. XXX.438.759-XX, no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, em razão da remessa intempestiva dos documentos que instruem o feito, nos termos do art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012;

III – Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias para recolhimento da multa aplicada do item acima ao FUNTC, nos termos do art. 83 da Lei Complementar estadual n. 160/2012, comprovando seu pagamento nos autos no mesmo período, sob pena de cobrança executiva judicial, conforme art. 77, § 4º da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo do art. 185, §1º, I e II, do Regimento Interno, aprovado pela RN/TCE/MS n. 98/18;

IV – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar 160/2012.

É a decisão

Campo Grande/MS, 19 de maio de 2023.

PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS
Conselheira Substituta
(ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)